

# Acusados abrem caça a advogados

## Lúcia Motta

A maioria dos parlamentares indiciados pela CPI do Orçamento ainda não constituíram advogado para preparar suas defesas. Ontem, muitos deles negociavam honorários e defesas com advogados, dentro e fora de Brasília. De qualquer maneira, todos terão que desembolsar um bom dinheiro para garantir uma defesa convincente, que consiga derrubar as provas apresentadas no relatório final da CPI. Um processo desses, adverte um advogado de Brasília, é muito caro porque exigirá dedicação exclusiva enquanto durar o processo — no mínimo dois meses.

De todos os 18 parlamentares citados pela CPI apenas três deles vinham sendo acompanhados constantemente por seus advogados, João Alves, Cid Carvalho e Manoel Moreira estão desde o início trabalhando de acordo com orientação jurídica. O advogado Antônio Carlos Osório determinou ao deputado João Alves que se afastasse da imprensa e procurasse falar o menos possível. Desde seu depoimento na CPI João Alves se afastou do Congresso e da Bahia e permanece trancado em sua casa de Brasília. Apenas Antônio Carlos Osório tem autorização de falar em seu nome.

Cid Carvalho e Manoel Moreira têm seus próprios advogados, mas preferiram pedir a colaboração de um ex-deputado que se dedica hoje a defender políticos. Valmor Giavarina auxilia na defesa dos dois parlamentares e utiliza para isso o bom trânsito que tem dentro do Congresso. Ele está nos dois casos desde o início da CPI.

Giavarina acredita que os advogados que começarem a trabalhar agora nas defesas dos indicados pela CPI terão muito trabalho, porque o prazo de cinco sessões não é suficiente nem mesmo para ler todos os documentos e acusações. Ele confirma que o

processo é caro e conta que foi obrigado a passar para outros advogados as causas que estava defendendo para se dedicar exclusivamente às acusações contra os dois deputados.

**Estrelas** — Entre os que ainda não haviam constituído advogado até a leitura do relatório final da CPI estão estrelas da política como Ibsen Pinheiro e Genebaldo Correia. Os dois começaram apenas esta semana a procurar um advogado. Até sábado Genebaldo não tinha advogado e começou a pensar nisso no fim de semana. Ibsen estava em Porto Alegre e retorna a Brasília hoje, para começar a organizar sua defesa.

O deputado Ricardo Fiúza passou o fim de semana em Recife e seus assessores em Brasília não sabiam quem faria a defesa do parlamentar. Até agora Fiúza vinha utilizando seus conhecimentos de advogado para fazer pessoalmente sua defesa. Ele guarda todos seus documentos em casa, mas deve recorrer a um defensor para enfrentar o processo na CCI.

Ao lado de Fiúza, Ibsen e Genebaldo existe uma lista de parlamentares que ontem buscavam o apoio de advogados profissionais: José Geraldo, Daniel Silva, Flávio Derzi, Paulo Portugal, Annibal Teixeira, Carlos Benevides e o senador Ronaldo Aragão negociavam ontem com advogados. Alguns alegaram até mesmo dificuldade financeira para justificar a demora em constituir advogado. Paulo Portugal disse aos seus assessores que ficou assustado com o que foi cobrado na primeira consulta.

Já o deputado João de Deus Antunes preferiu a experiência. Recorreu a Isanias Santos, o mesmo que defendeu o ex-deputado Itsuo Takayama no processo por compra de filiações do PSD. Takayama perdeu e foi cassado, mas por poucos votos. Isanias assumiu ontem mesmo a nova causa.